

Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista

Área Temática de Trabalho

Resumo

Este trabalho é resultado de parte de uma pesquisa mais ampla “Dinâmica Organizacional e Produtiva em Cooperativas de Reforma Agrária: diagnóstico, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas”, desenvolvida por pesquisadores da UFSCar e da CONCRAB, financiada pelo CNPq. Apresenta um estudo comparativo de casos entre duas cooperativas de produção agropecuária em assentamentos de reforma no estado de São Paulo e duas no estado do Rio Grande do Sul. Partimos do pressuposto que a organização interna da produção e do processo de trabalho são fatores determinantes de sucesso ou insucesso econômico e social de tais cooperativas. Entendemos como insucesso as cooperativas que passam por dificuldades de geração de renda e como sucesso aquelas cujos fatores econômico e social não são vistos somente como um fim, mas como um meio para o seu crescimento e manutenção dos postos de trabalho. Foram entrevistados 77 cooperados ao todo, através de questionários estruturados e semi-estruturados. Concluiu-se que o sucesso das cooperativas está diretamente relacionado com o número de sócios que possuem, portanto com a organização interna da produção e do processo de trabalho e com a garantia da democracia interna de tais cooperativas.

Autores

Márcia Regina Vazzoler (Mestre- UFSCar)

Farid Eid (doutor - UFSCar)

Instituição

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Palavras-chave: cooperativismo; economia solidária; organização da produção; processo de trabalho

Introdução e objetivo

De forma geral, as cooperativas agrícolas seguem duas tendências distintas: por um lado, essas cooperativas, tendo como proposta “modernizar” ou “industrializar” o campo, passam a desempenhar a função de veículo de desenvolvimento do setor primário como um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). Sendo assim, o cooperativismo agrícola traz o desenvolvimento do capitalismo ao campo não apenas como um processo exclusivo de proletarianização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente de pequenos agricultores ao capital industrial e financeiro. Esse tipo de cooperativa é vista como uma sociedade de capital e não de pessoas. Por outro lado, cooperativas de produção agropecuárias – CPAs, como as idealizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, possuem, em sua constituição, princípios e inspiração socialista no qual o fator econômico não é visto somente como um fim, mas também como um meio para a sobrevivência da cooperativa num mercado que na sua maioria é capitalista – na sua maioria, pois existem os nichos de mercado para

determinados consumidores exigentes por qualidade e preço que valorizam o esforço de uma produção coletiva, de um movimento social - estes são os mercados solidários.

Muitos estudos surgiram sobre o desenvolvimento do cooperativismo em seu processo evolutivo e em suas manifestações teóricas, como o estudo de Miranda (1973) que parte da idéia de que as cooperativas surgem em resposta a certos problemas trazidos à tona pelo capitalismo, defendendo que o estudo do cooperativismo deve ser buscado a partir da evolução do modo capitalista de produção. Em seu estudo, Miranda considera que o cooperativismo não pode ser designado como a 3ª Via, entre o capitalismo e o socialismo. O cooperativismo surge como uma autodefesa para o pequeno agricultor, funcionando, em primeiro lugar, como uma sociedade de pessoas e não de capital.

Schneider (1981) nos dá uma visão geral das tendências de crescimento das unidades cooperativas no Brasil e deixa claro que o cooperativismo, apesar de sua mensagem idealizada, tende a reproduzir e mesmo reforçar as condições estruturais vigentes na sociedade brasileira, privilegiando algumas culturas mais rentáveis em detrimento de outras. Em seu estudo situa as cooperativas agrícolas no contexto dos desequilíbrios estruturais, as diferenças entre agricultura de exportação e agricultura tradicional, e a diferenciação sócio-econômica dos produtores rurais, gerados e reproduzidos pelo modelo de desenvolvimento dependente do Brasil. Considera ainda que o cooperativismo enfrenta um dilema fundamental: “de um lado, ele tende a tirar partido e se ajustar às condições estruturais, quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apóia” (SCHNEIDER, 1981: 21).

Martins (1972), partindo da mesma perspectiva de Schneider, mostra como o cooperativismo tem privilegiado certos grupos de produtores atenuando o processo de descapitalização por que passam. Em seu estudo se propõe a analisar as significações do associativismo empresarial no Brasil agrário, tomando como núcleo central da análise a deterioração das relações de troca entre o campo e a cidade nos seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos.

Müller (1981), que em sua análise sobre Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda – Cotrijuí, a insere em um contexto sócio-econômico mais amplo, pois esta cooperativa abrange diversas atividades até a agroindústria e prestação de serviços aos seus cooperados, enfoca a dinâmica de classe e categorias sociais existentes entre os agentes produtivos ligados às mesmas. Este autor analisa as disputas internas entre os diversos grupos de cooperados quanto às decisões de como capitalizar e como gerir a cooperativa e a ligação desta com o mercado capitalista nacional e internacional. Santos (1978) propõe-se a analisar as relações entre camponês e a burguesia industrial mostrando que as relações são nucleadas na apropriação do trabalho excedente do camponês pela burguesia industrial.

Santos enfatiza o duplo caráter do camponês como proprietário dos meios de produção e da força de trabalho – como um personagem tipicamente capitalista - e sua subordinação ao capital, corporificado na cooperativa. Em seu estudo sobre a produção de vinho no Rio Grande do Sul, mostrou que as cooperativas destruíram a fabricação doméstica de vinho (tal como uma empresa capitalista), enquanto que os camponeses eram motivados a associar-se em cooperativas pela garantia de demanda fixa de uva, pagamento dos preços mínimos e recebimento de um possível retorno, portanto os motivos derivam das condições de subordinação em que se encontram no processo de troca de mercadorias ao setor capitalista industrial.

Por outro lado, podemos observar que estudos mais recentes sobre economia solidária e cooperativismo como os de Christoffoli (2000), Gaiger et al (1999), Singer (1998, 1999), Eid (2000) indicam uma outra realidade: uma perspectiva de viabilidade econômica das

cooperativas associada à modificação nas relações sociais por serem solidárias, mantendo o equilíbrio entre o social e o econômico. Singer (1999) nos traz a idéia de economia solidária como estratégia ao atual desemprego, propondo novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com a visão economicista que acreditava que o desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, causaria por si só um processo de transformação das relações sociais. Segundo o autor, que busca alternativas socialistas e democráticas ao modo de produção capitalista, o socialismo pressupõe a transferência do controle dos meios de produção ao trabalhador que deve estar desejoso por assumir o controle coletivamente, o que exige educação e conscientização por parte dos trabalhadores.

É por esse caminho que o cooperativismo tem muito a contribuir para a “virada de mesa” da classe trabalhadora (Singer, 1998). Gaiger et al (1999) fez um estudo sobre a viabilidade econômica de empreendimentos solidários no Rio Grande do Sul e segundo o autor, a multiplicação de experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa, constitui um traço marcante do campo nos dias atuais. Constatou em seu estudo que há um crescimento numérico dos empreendimentos associativos de cunho econômico bastante significativo em alguns setores. Observou também que, ao mesmo tempo em que ocorrem experiências positivas, na direção de uma economia autenticamente popular e solidária, ficam patentes alguns limites para a expansão e a consolidação desse campo como a inexistência de estruturas e de mecanismos de intercâmbio entre os empreendimentos, salvo alguns casos, ou seja, não há uma interdependência econômica solidária, prevalecendo o isolamento e a adaptação de cada empreendimento às regras do mercado, o que pode trazer consequências futuras para estas experiências.

Para analisar organizações de trabalho e renda, Gaiger utilizou como parâmetro o conceito de Empreendimento Econômico Solidário que funciona como uma espécie de modelo que reúne as características ideais de um empreendimento perfeitamente solidário. O modelo é um instrumento para a análise de casos concretos e tem como objetivo permitir que se observem quais são os traços positivos mais freqüentes das experiências de hoje bem como suas principais dificuldades e lacunas. Idealmente este modelo possui as seguintes características: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Eid e Pimentel (2000) analisam a dinâmica interna de funcionamento das Cooperativas de Produção Agrícola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfatizando a importância da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais que possam contribuir para a viabilidade econômica do empreendimento.

Como resultado parcial deste estudo observaram que no interior do MST há uma preocupação crescente em buscar o equilíbrio crítico entre: 1) a ampliação dos ganhos sociais, ou seja, o resgate da dignidade e apoio às lutas dos trabalhadores, e 2) ganho em eficiência na gestão da empresa buscando sobrevivência e crescimento.

Christoffoli (2000) fez um estudo comparativo de casos no qual procurou analisar o processo de constituição e desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores rurais vinculados ao MST. Neste estudo o autor identificou as contradições que estabelecem limites e possibilidade de desenvolvimento de quatro cooperativas do Sul do Brasil. Segundo o autor há melhorias significativas em relação às condições de vida dos assentados após a associação, porém a análise econômica demonstra que há deficiências em termos de capacidade de geração de receitas, aproveitamento eficiente da força de trabalho disponível, geração de excedentes, entre outras. Estas deficiências tornam a cooperativa incapaz de competir com empreendimentos capitalistas. Constatou a existência de contradições entre os ideais autogestionários e socialistas que inspiram essas experiências e a prática do assalariamento de

trabalhadores não associados. Segundo o autor, as cooperativas empregam força de trabalho como condição para a sua reprodução.

Para que este quadro mude é necessário desenvolver iniciativas de formação político-ideológicas e de propiciar assessoramento técnico-científico e crédito a esses empreendimentos. Portanto, o que nos interessa nesse trabalho é contribuir no aprofundamento dos estudos sobre o cooperativismo - organização interna da produção e do processo de trabalho, sobre a importância do aspecto econômico das cooperativas e sua relação com os aspectos políticos e sociais que causam contradições, estabelecem limites, mas também desenvolvimento destas experiências. Ao nosso ver são pontos cruciais da temática atual sobre o cooperativismo.

Objetivos

Este trabalho faz um estudo comparativo de casos entre duas CPAs em assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul, analisando a constituição e o desenvolvimento destas CPAs, verificando sua organização interna e como estes fatores contribuem para o sucesso ou insucesso econômico e social destas cooperativas. Para que os objetivos gerais fossem atingidos foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Análise da organização do trabalho e da produção, especificando as relações de produção, o uso da terra, as práticas econômicas, estrutura organizacional, divisão social e técnica das atividades, grau de controle sobre o processo de trabalho, formalização na organização, planejamento e controle da produção;
- Análise da formação e a trajetória das cooperativas e dos cooperados, bem como das características políticas, sociais, culturais e econômicas das cooperativas em assentamentos de reforma agrária, identificando semelhanças e diferenças tais como: origem e extração social, necessidades, formas de solidariedade, recursos materiais, técnicos e intelectuais;
- Análise da inserção destas cooperativas no mercado e as articulações horizontais e verticais, seja ao nível das cadeias produtivas, dos mercados solidários e das relações de inter-cooperação, bem como das características da demanda que estas atendem.

Metodologia

Dada a natureza do objeto de estudo, o percurso do emprego de conceitos ao uso e à construção de noções aplicadas, optou-se por desenvolver um amplo estudo descritivo e analítico que revelasse a dinâmica do funcionamento das CPAs em assentamentos de reforma agrária através do estudo comparativo de casos, com a utilização de duas abordagens diferentes de pesquisa: a pesquisa qualitativa complementada por elementos de análise quantitativa. Foram feitas duas visitas a cada CPA, portanto oito visitas, sendo que cada uma teve duração média de sete dias, totalizando cinquenta e seis dias de pesquisa de campo.

Neste sentido, foi possível abordar o momento da produção, no qual pudemos perceber as forças produtivas e as relações de produção, bem como o processo produtivo não atribuindo às classes sociais apenas a expressão de categorias econômicas. Segundo Bourdieu (1973) a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, onde um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social.

O método científico utilizado foi o hipotético dedutivo, mais especificamente os métodos: comparativos, histórico e estatístico. Foram utilizadas duas técnicas de pesquisa: 1) a documentação indireta: pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica que acompanhou todas as fases da tese. 2) e a documentação direta: pesquisa de campo que subdividiu-se em: a pesquisa exploratória e quantitativa-descritiva.

Fez parte da pesquisa documental uma visita ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis - RS e uma visita à UNISINOS, com o intuito de identificar, nas monografias apresentadas pelos alunos do Curso Técnico em Administração de Cooperativas – TAC e outros trabalhos, questionamentos e inquietações dos próprios alunos assentados. Com a pesquisa documental nas cooperativas foi possível identificar o padrão de evolução e o nível de desenvolvimento alcançado pelas duas cooperativas do estado de São Paulo e pelas duas cooperativas do estado do Rio Grande do Sul e, a partir de uma análise aprofundada dos diversos aspectos econômicos e produtivos das cooperativas, pudemos analisar os limites e possibilidades para sua sobrevivência frente a concorrência.

Com relação ao item 2 - Documentação direta – pesquisa exploratória

Segundo Lakatos & Marconi (1991) a pesquisa exploratória propicia a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, e modificar ou clarificar conceitos. Neste estudo utilizamos a pesquisa exploratória para construção de evidências que serviram de contrapontos para a verificação da trajetória (histórica e empírica) das cooperativas, buscando a percepção que os próprios cooperados possuem sobre os direitos e deveres – cidadania e autonomia.

Os procedimentos de coleta de dados para esta fase da pesquisa foram: entrevistas de profundidade com informantes-chaves e com cooperados selecionados de forma aleatória, porém em número reduzido, e observação participante. A pesquisa quantitativa-descritiva engloba o resultado dos dados primários que foram coletados a partir de questionários semi-estruturados, elaborados a partir das entrevistas de profundidade, aplicados a trinta e um associados da COOPAVA (SP); onze associados da COPANOSSA (SP); vinte e quatro associados da COOPAN (RS) e onze associados da COPAEL (RS), totalizando 77 cooperados entrevistados. Segue tabela com número total de cooperados e porcentagem de entrevistados.

Estes dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas e passaram por análise estatística e sócio-econômica, sendo que os principais indicadores foram: sexo, idade, grau de escolaridade, origem, número de dependentes, ocupação anterior, tempo que participa da cooperativa, tempo que ficou acampado, cargo que ocupa na cooperativa, entre outros conforme questionário em anexo. Fizemos com isso, uma descrição das características quantitativas da amostra para viabilizar a comparação sócio-econômica dos cooperados. A revisão bibliográfica acompanhou todas as fases da pesquisa.

Conclusões

O aumento das desigualdades econômicas e sociais no Brasil e no mundo tem levado muitos intelectuais a buscarem a construção de teorias alternativas à visão convencional. Uma das mais difundidas é a chamada economia solidária, que trás à tona o cooperativismo. De uma forma objetiva, procura se valer do ideal de solidariedade dos indivíduos para tentar garantir a sua subsistência, em meio a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais adversos. Há, porém, diversas formas de cooperativismo e é importante diferenciarmos as cooperativas tradicionais das cooperativas em assentamentos de reforma agrária aqui estudadas. As cooperativas que seguem os princípios originais podem ser consideradas autênticas no sentido de buscarem a democracia, a igualdade, a autogestão, e de seus dirigentes serem eleitos pelos sócios, as diretrizes serem discutidas e aprovadas em assembleias gerais.

Já as cooperativas tradicionais têm as características da lógica empresarial capitalista, ou seja, são cooperativas não-democráticas, aquelas em que não há participação de todos os seus integrantes, as assembleias são esporádicas, o rodízio dos dirigentes é inexistente e os

mesmos tendem a concentrar o poder em suas mãos. O objetivo destas cooperativas está circunscrito à realização de uma função econômica determinada.

Nesse trabalho a preocupação primeira estava em verificar a organização interna da produção e do trabalho das cooperativas e como este fator contribui para o sucesso ou insucesso econômico e social das mesmas. Apresentou-se o histórico e dados sobre o desenvolvimento social das quatro cooperativas. Pôde-se observar que apesar das dificuldades, todas as CPAs passam por processos em que vão gradualmente melhorando seus indicadores sociais, seja pelo número de pessoas sustentadas, ou pelo número de pessoas estudando, pela qualidade das moradias, pelo padrão alimentar. A satisfação de se pertencer ao coletivo é clara entre os sócios e suas famílias. Mesmo, em alguns casos, descontentes com o nível de ganhos monetários obtidos no coletivo, as pessoas conseguem em geral visualizar e comparar sua situação com os que trabalham de forma individual-familiar e vêem vantagens na sua permanência na cooperativa.

Confirmou-se na pesquisa que a dinâmica da democracia interna nas cooperativas segue a concepção autogestionária, não havendo, porém, um modelo único a ser seguido. A organização do processo de trabalho nesses coletivos mostrou-se bastante complexa e com diversos elementos ainda não bem equacionados.

Uma primeira conclusão a que se chega é que a divisão técnica do trabalho situa-se, na maior parte das atividades coletivas, num estágio de cooperação simples (praticamente todo o trabalho agrícola). Algumas das atividades já se encontram no estágio da manufatura (abate de aves e abate de suínos na COOPAN). O estágio de maquinismo é bastante incipiente, envolvendo pequeno número de trabalhadores e sendo aplicado principalmente na mecanização de parte dos trabalhos de lavoura (preparo do solo, plantio e em alguns casos colheita) e na fabricação de rações.

Em relação ao processo de planejamento, constatou-se a ampla participação dos associados nas diversas fases, o que seria esperado em organizações autogestionárias. Com isso, é possível concluir que há um elevado grau de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho nas quatro cooperativas estudadas.

É em relação à hierarquia, porém, que aparecem as questões mais complexas. Em geral, constatou-se existir mecanismos democráticos para a eleição e destituição de coordenadores de setor. Já em relação às direções legais, geralmente cumprem-se os formalismos legais previstos na lei do cooperativismo, fixando-se em torno de dois anos o tempo de mandato. Um dado importante é o elevado número de associados que já assumiram funções de coordenação de setor e de direção, demonstrando que tem funcionado algum rodízio entre os membros. Ficou claro, porém, que nas funções-chaves que envolvem a gestão econômica das CPAs verifica-se uma dependência em relação a um grupo reduzido de associados que, aos poucos, vão acumulando experiência e melhor preparo técnico, com o risco de tornarem-se gradualmente “insubstituíveis”. O problema que pode ocorrer é que começa a se conformar nesses coletivos uma estratificação entre seus membros, originada das funções desempenhadas, do diferencial de acesso às informações e das oportunidades de inserção no processo decisório. Essa situação pode levar a um distanciamento entre dirigentes e a base das CPAs. Cria-se uma dependência extremada em poucas pessoas com capacidade e iniciativa para a gestão de organizações crescentemente complexas como vão se tornando esses coletivos. Esse fato é observado de forma mais intensa nas cooperativas com número maior de sócios.

Nas cooperativas menores, como a COPANOSSA, o rodízio de funções é exigência do coletivo, mesmo quando os associados não possuem qualquer tipo de qualificação para exercer cargo de direção. Desta forma, além de eliminar o problema de estratificação no coletivo, força os cooperados a se empenharem em aprender todas as funções no coletivo, pois serão cobrados pelos seus pares.

O que podemos concluir neste trabalho é que as cooperativas estudadas estão estruturadas ou se estruturando de forma eficiente, pois cada vez menos necessitam de recursos de fora (como os financiamentos do governo) e os cooperados vem gerando renda suficiente para a sua subsistência e de suas famílias, além da renda excedente que reinvestem na própria cooperativa ou na qualidade de vida dos mesmos. A organização da produção e do processo de trabalho são fatores determinantes de sucesso social e econômico das CPAs e estão diretamente relacionados com o número de associados. O desafio é encontrar um número de sócios que garanta a melhor configuração da organização da produção e do processo de trabalho, ou seja, o equilíbrio entre o número de postos de trabalhos necessários para atender os setores produtivos da cooperativa ao mesmo tempo em que se garanta a democracia interna, a maior participação no planejamento do processo de trabalho, maior grau de controle sobre o processo de trabalho, menor hierarquia dentro do coletivo, ocasionando um melhor desempenho econômico e social.

Referências bibliográficas

EID, F. & GALLO, A. R. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. In: IV SEMPE – SEMINÁRIOS DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO. São Carlos, 2001.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.